

# "Caminhamos para uma crise imprevisível"

A Comissão Executiva Nacional do PMDB escolheu o caminho da nota oficial para condenar ontem o pacote econômico. "Essas medidas são economicamente inefficientes e socialmente injustas" — diz a nota, com uma advertência: "Marcharemos, de pacote em pacote, de recessão em recessão, para o desmantelamento de boa parte de nosso parque produtivo, para uma crise social de proporções imprevisíveis, para a alienação definitiva da soberania nacional".

O documento foi elaborado com a assessoria técnica dos economistas Marco Antônio Martins, Maria Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello. Entre as severas advertências, contudo, há uma ressalva no documento: "O Brasil é um país viável, se forem abolidos o arbítrio e seu filo mal-dito, o modelo econômico" — palavras do ex-senador Teotônio Vilela.

As advertências prosseguem: "A incompreensão e a irresponsabilidade acabarão levando o País não apenas aos terríveis e inúteis sacrifícios do presente". E, numa análise mais prolongada, o documento do PMDB se detém em cada uma das medidas.

Com a retirada dos subsídios, os peemedebistas prevêem uma imediata subida dos preços. "E o impacto também será imediato sobre o poder de compra dos assalariados, bem como sobre os custos de produção das empresas."

E o documento prossegue: "Haverá nova perda do salário real e novo aumento de custos para as empresas. A correção monetária e cambial, pelo índice geral de preços dos títulos da dívida pública, dos encargos financeiros das empresas públicas (cerca de Cr\$ 3 trilhões), dá como resultado final da tentativa de ajuste do déficit um acréscimo ainda maior no déficit global do setor público".

A nota cita como exemplo a retirada do subsídio do trigo, equivalente a Cr\$ 200 bilhões: "O resultado final será um estouro no serviço da dívida de cerca de Cr\$ 1 trilhão". O corte anunciado de gastos de custeio e investimentos das empresas públicas "representa uma queda global real de 30% na compra de bens e serviços do setor público" — segundo a nota.

Segundo o PMDB, a origem do encilhamento financeiro e, em particular, da bola de neve da dívida

interna financeira, não se deve a déficit fiscal do setor público. Os Cr\$ 5 trilhões da dívida pública retidos pelas autoridades monetárias são estéreis e não representam nenhuma dívida real do Tesouro, nem da sociedade.

O investimento privado vem caindo e só a atualização contábil do ativo imobilizado ainda dá a aparência de que o capital privado continua crescendo. "Toda esta 'não política' é feita a pretexto do ajustamento da balança de pagamento. Aqui há de novo um duplo equívoco: nem a promoção das exportações nem a contenção necessária das importações se resolvem com o mecanismo desordenado da inflação e da recessão; o serviço financeiro da dívida externa não se paga em cruzeiros e uma recessão inflacionária descontrolada não ajuda a criar o clima requerido por uma reestruturação ordenada da dívida externa."

Diz ainda o PMDB que de nada adianta pedir sacrifícios aos assalariados, às empresas privadas e públicas, ou à sociedade em geral, "quando é nos mecanismos de endividamento internos do governo e nas relações perversas do Banco

Central com o mercado aberto de dinheiro e com bancos internacionais que está o nó financeiro e a raiz da aceleração inflacionária recente".

O PMDB reafirmou que só uma reestruturação da dívida externa em profundidade, uma mudança de atitude do governo para com os credores e devedores deste país e só a ruptura com o "pragmatismo" podem desfazer "o nó cego em que está amarrada a política econômica".

A nota do PMDB diz, também, que nesta hora grave o partido vem outra vez dizer "basta", acentuando: "A Nação vive a crise mais profunda da História do Brasil moderno — a situação econômica berra ao colapso". Para o PMDB, o governo, incapaz de reagir às críticas, "reagiu sempre ironicamente, e não foram poucos os de boa fé que viram em nossas colocações apenas o desejo antipatriótico de buscar a popularidade fácil. Infelizmente, os fatos encarregaram-se de demonstrar que o PMDB tinha razão. Agora, reafirmamos: esta sucessão de erros e de incompetência deve-se, antes de mais nada, ao autoritarismo".